



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Reitoria

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DUCENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte, por videoconferência, realizou-se a ducentésima quadragésima nona reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, com as seguintes presenças: Prof. Raul Ernesto Lopez Palacio – Reitor, que presidiu a reunião; Prof. Rosana Rodrigues – Vice-Reitora; Profª Maura Da Cunha – Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; Prof. Manuel Antônio Molina Palma – Pró-Reitor de Graduação; Prof. Olney Vieira da Motta – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Prof. Manuel Vazquez Vidal Junior – Diretor do CCTA; Prof. Vanildo Silveira – Diretor do CBB; Prof. Oscar Alfredo Paz La Torre – Diretor do CCT; Prof. Rodrigo da Costa Caetano – Diretor do CCH; Sr. Pedro Cesar da Costa Soares – Diretor Geral Administrativo; Prof. Leonardo Serafim da Silveira – Representante Suplente dos chefes de Laboratórios do CCTA; Prof. Márcio Manhães Folly – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCTA; Prof. Alexandre Pio Viana – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCTA; Prof. Omar Eduardo Bailez – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCTA; Prof. Eder Dutra de Resende – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCTA; Prof. Milton Masahiko Kanashiro – Representante dos Chefes de Laboratórios do CBB; Prof. Marcelo Trindade Nascimento – Representante dos Chefes de Laboratórios do CBB; Prof. Renato Augusto DaMatta - Representante dos Chefes de Laboratórios do CBB; Prof. João Carlos de Aquino Almeida – Representante dos Chefes de Laboratórios do CBB; Prof. Enrique Medina-Acosta – Representante dos Chefes de Laboratórios do CBB; Prof. Gustavo de Castro Xavier – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCT; Prof. Eduardo Atém de Carvalho – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCT; Prof. Fernando Sérgio de Moraes - Representante dos Chefes de Laboratórios do CCT; Profª Annabell Dell Real Tamariz – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCT; Prof. André Luis Policani Freitas – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCT; Profª Lilian Sagio Cesar – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCH; Profª Luciane Soares da Silva – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCH; Prof. Leonardo Rogério Miguel - Representante dos Chefes de Laboratórios do CCH; Profª Eliana Crispim França Luquetti – Representante dos Chefes de Laboratórios do CCH; Prof. Roberto Dutra Torres Júnior - Representante dos Chefes de Laboratórios do CCH; Profª. Olga Lima Tavares Machado – Representante dos Docentes titulares do CBB; Prof. Gonçalo Apolinário de Souza Filho – Representante dos Docentes Associados do CBB; Sr. André Veloso Ferreira – Representante dos Técnicos-Administrativos do CCTA; Sr. Cristiano Peixoto Maciel – Representante dos Técnicos-Administrativos do CBB; Srª Letícia Crisóstomo de Souza Barcellos – Representante Discente da Graduação; Sr. Jhonatan Alves Cossetti – Representante Discente da Graduação; Sr. Marcello Carvalho dos Santos – Representante Discente da Pós-Graduação; Como convidados o Prof. Luis Cesar Passoni – Chefe de Gabinete e Tânia Virgínia de Souza e Silva – Secretária *ad hoc*. Tratou-se da seguinte pauta: **1. Informes**; **2. Aprovação da ata da 248ª Reunião Extraordinária**; **3. Resolução AARE**; **4. Assuntos Gerais**. O **Reitor** agradeceu a presença de todos os Conselheiros, inclusive dos convidados que solicitaram o link para assistir a reunião. Iniciou a reunião com os **Informes**: Convidou o Prof. Luis Passoni para falar sobre a reunião ocorrida na ALERJ. O Prof. **Luis Passoni** informou que na segunda-feira participou de uma reunião na ALERJ, representando o Reitor. Participaram da reunião o Presidente da ALERJ, os Reitores da UERJ e da UEZO, o novo titular da Secretaria de Fazenda com seu Chefe de Gabinete e o Subsecretário de Tesouro.

O motivo da reunião foi para discutir o pagamento dos adicionais. Foi garantido pelo Secretário de Fazenda o pagamento dos adicionais. Foi feito um acordo de que com a garantia dos pagamentos, o Projeto de Lei do Deputado Waldeck não seria colocado em pauta na ALERJ. Discutiram também sobre os restos a pagar, e o pagamento também foi garantido pelo Secretário. Foi assumido o compromisso de dentro de dois meses se reunirem para discutir a implementação dos duodécimos. Concluiu dizendo que saíram da reunião com um compromisso bastante importante do Secretário de Fazenda. O **Reitor** informou que teve o parecer da ASJUR sobre os concursos para docentes. Disse que no parecer a ASJUR deixou claro que a Universidade pode dar prosseguimento nos trâmites dos concursos que já foram concluídos, e é o que irão fazer. O Prof. **Vanildo** disse que receberam no CBB um e-mail do GRH solicitando uma justificativa detalhada sobre a necessidade de contratação. Perguntou se vai haver uma justificativa para cada vaga ou se será uma justificativa ampla. O **Reitor** respondeu que cada processo de concurso deverá conter uma justificativa. O Prof. **Omar** parabenizou pelas boas notícias em relação aos concursos, e perguntou se houve algum avanço em relação às vagas que foram bloqueadas pelo Governo. O **Reitor** respondeu que o parecer jurídico sugere que podem dar prosseguimento nos concursos, inclusive os que envolvem vagas bloqueadas. Disse que se o governo vai ou não autorizar, saberemos lá na frente. O Prof. **João Aquino** perguntou se poderão inserir justificativas para o aproveitamento de segundo colocado em processos já realizados. O **Reitor** sugeriu que entrem em contato com o ASJUR para discutir esses casos. O Sr. **Cristiano**, representante dos técnicos, perguntou sobre o andamento do processo para concursos dos técnicos. O **Reitor** respondeu que está sendo analisado pela ASJUR, mas existe nele parecer favorável de órgãos do governo para a realização do concurso com vinte e cinco vagas, mas que atualmente já devem estar chegando a trinta, considerando as vacâncias recentes. Sobre as compras para o projeto de inclusão digital, o **Reitor** informou que estão solicitando o descontingenciamento de cinco milhões de reais. Explicou que desse valor, cerca de um milhão e meio ou dois milhões deverá ser destinado para resolver o problema de internet da Universidade. O restante deverá ser descentralizado para FAPERJ e voltará para a Universidade, através de projetos de pesquisa, que serão utilizados para a compra de chips, equipamentos de informática e outras ações que ainda estão sendo discutidas e levantadas. O Sr. **Cristiano** se manifestou dizendo que seria bom se os técnicos que estão exercendo suas atividades *Home Office*, também fossem contemplados na distribuição dos kits de internet. O **Reitor** respondeu que poderá estudar essa demanda. A Prof^a **Rosana** informou que se reuniram na última segunda-feira com o Presidente da FAPERJ. Disse que a FAPERJ vai ser parceira da Universidade para transformar o plano de inclusão digital em realidade, com um edital que será aberto especificamente para essa finalidade. Trataram também, sobre o pagamento de alguns projetos que ainda estão em restos a pagar e, segundo o Presidente, os projetos de dois mil e dezenove serão pagos até dezembro deste ano. Também foi pedido ao Presidente prioridade para o pagamento dos projetos que tem relação com os prédios inacabados. O Sr. **Cristiano** agradeceu a participação do Reitor na reunião com o SINTUPERJ, ocorrida no dia de ontem. Informou que hoje três técnicos-administrativos estão com a COVID-19, dos quais dois estão recuperados e um em recuperação, e que uma das solicitações feitas ao Reitor, foi sobre a possibilidade de testar os técnicos que estão trabalhando presencialmente na Universidade. O **Reitor** respondeu que vai tentar conseguir testes para toda a comunidade universitária, e passou para o segundo item da pauta: **Aprovação da ata da 248ª Reunião Extraordinária**. Informou que recebeu solicitações de modificações dos professores Enrique Medina e Rodrigo Caetano, as quais já foram acatadas, e não havendo mais manifestações colocou a ata em votação. A ata foi aprovada com cinco abstenções. O Reitor passou para o terceiro item da pauta: Resolução AARE. Explicou que no início do processo da pandemia, o Governador emitiu um Decreto suspendendo as atividades presenciais, e a Universidade seguiu as orientações do Decreto. No início da Pandemia a Universidade desenvolveu várias ações para o combate da doença, ações que estão sendo desenvolvidas até hoje. Num segundo momento deram início a diversas ações com o envolvimento de toda a comunidade, visando estudar o povoamento da Universidade, a partir da inclusão digital. Esse projeto envolveu três eixos, que são o povoamento, a incorporação digital da comunidade e o que poderia ser oferecido aos estudantes nesse período. Foi realizada uma pesquisa com o apoio da empresa júnior do CCH, Gestão Ativa, junto com o Prof. Geraldo Timóteo que coordenou o trabalho. Também foram feitos outros levantamentos pelas coordenações de graduação e pós-graduação. No resultado das pesquisas foi apontado que quarenta por cento dos estudantes estava com algum tipo de problema psicológico. Nesse sentido, o projeto de inclusão digital passou a ter como principal objetivo diminuir os problemas psicológicos causados pelo distanciamento social. Depois de uma ampla discussão nos diversos Colegiados, Conselhos e Câmaras, foi concluída a elaboração da minuta da Resolução que trata do oferecimento de atividades aos estudantes. Informou que a Resolução que está sendo trazida ao CONSUNI, é a última versão que foi aprovada no COLAC, realizado em 06/07/2020. A Prof^a. **Rosana** destacou que a reunião do COLAC foi bastante

produtiva, e a proposta que de lá saiu foi construída coletivamente. Ressaltou que o caráter principal das atividades é que são opcionais, tanto para o docente, quanto para o discente. A ideia é que o CONSUNI aprove uma Resolução leve e objetiva, e que em seguida, tanto a Câmara de Graduação, quanto a Câmara de Pós-Graduação façam a discriminação das atividades e ações que vão acontecer, respeitando as especificidades de cada curso e programa. O Prof. **Vanildo** parabenizou a Reitoria pela condução do processo até o presente momento. Destacou que no Conselho de Centro tiveram uma discussão muito produtiva sobre a minuta, mas acredita que poderiam ter começado a discussão um pouco antes, e já estarem na fase de definição junto aos programas. Informou que muitos alunos já manifestaram interesse em ter atividades remotas. Disse que as atividades, sendo validadas ou não, devem ser creditadas nos currículos dos estudantes posteriormente, como atividades complementares, ou de outra forma. Em relação ao artigo 8º da minuta, que diz que a UENF adotará as medidas necessárias para a inclusão digital, disse que entende a necessidade dos técnicos e dos docentes, mas pediu que fosse dada prioridade aos estudantes. O Prof. **Enrique Medina** destacou o enorme esforço que os Colegiados tiveram para unificar a proposta da minuta, que está sendo trazida ao CONSUNI para discussão. Falou que a proposta está bastante enxuta, porém bastante abrangente para todos os cursos. Disse que gostaria de fazer dois destaques. O primeiro é que quando se menciona o processo SEI no caput da proposta, deveriam substituir pela menção da Portaria 21/2020. O outro destaque é em relação ao art. 8º, que ficou bastante abrangente, mas opinou que deveriam incluir que não deixariam nenhum aluno fora da inclusão digital. Disse que também gostaria de provocar a discussão sobre o retorno do programa de bolsas e monitoria. O **Reitor** disse que concorda com a alteração do número do processo SEI pelo número da portaria. Quanto às bolsas de monitoria, informou que já voltaram a ser pagas, mas não se opõe ao debate sobre a questão. O Prof. **Enrique Medina** falou que com o encerramento do período acadêmico atual e a criação do período acadêmico emergencial, deve ficar claro, principalmente para os docentes, que o tempo de integralização não muda. O **Reitor** explicou que a Câmara vai ter que definir sobre isso, mas entende que é um debate posterior ao que estão tendo agora. A Profª **Olga** parabenizou aos grupos que trabalharam no assunto. Achou que a minuta está objetiva, e o fato de permitir que as Câmaras discutam os pormenores, sem ficar presa a outra aprovação no CONSUNI, é importante. O Prof. **Leonardo Miguel** perguntou se poderia ceder a palavra a Profª Maria Clareth, e foi concedida. A Profª Maria Clareth falou que como membro da Câmara colaborou com a minuta, e acha que o que o art. 8º deveria ser mais explícito, tanto em relação à infraestrutura, quanto a capacitação dos servidores e estudantes, pois acha que está muito amplo. O **Reitor** solicitou que a professora deixasse sua sugestão no chat para que pudessem apreciar. O Prof. **Omar** ressaltou que a minuta é bem ampla e não é limitativa em nenhum sentido, e possibilita que cada Centro possa se adaptar as atividades remotas que estejam envolvidas. Disse que a minuta foi amplamente discutida em seu Laboratório e de lá saiu a proposta de particionar as disciplinas em módulos. De modo remoto seria oferecido o que fosse possível, e posteriormente quando encerrar o isolamento, seja quando for, os módulos das disciplinas, que necessariamente devem ser presenciais, seriam oferecidos. Sendo assim, de modo que fique bem claro, sugeriu que no art. 3º, inciso I, alínea “a”, deveria constar que a convalidação poderia ser parcial ou total. O **Reitor** explicou que, de acordo com o entendimento do COLAC, quem vai determinar se a atividade oferecida será equivalente ou não, será o colegiado do curso, que terá autonomia para decidir sobre isso. Disse que a ideia era elaborar uma minuta que contemplasse tudo, e é isso que está acontecendo. O Prof. **Rodrigo** disse que o CCH foi pioneiro no debate, e depois a construção da proposta foi seguindo democraticamente em todas as instâncias da UENF. Falou da sua preocupação em relação à temporalidade, capacitação, logística e equipamentos. Na minuta consta que os efeitos são retroativos, mas não expansivos. Perguntou qual a proposta da Reitoria para abertura dos Centros. Disse que atualmente o CCH funciona nas segundas, terças e quintas-feiras das 9h às 14h. O **Reitor** respondeu que não terá como atender a todas as necessidades, em face dos recursos financeiros disponíveis. O entendimento é que o atendimento se dará em função do poder aquisitivo dos estudantes. Quanto ao tempo, disse que espera que em dezembro a situação esteja diferente, mas se houver necessidade de prorrogação, isso acontecerá. Disse que a capacitação será um processo contínuo e se dará através da PROGRAD. A Profª **Maura** disse que gostou da minuta que saiu do COLAC, pelos motivos já mencionados por outros Conselheiros, por estar enxuta, possibilitando que as Câmaras discutam as especificidades. Informou que existe um grupo de trabalho, do qual ela participa, e que conta com membros de todas as universidades públicas, e estão todas trabalhando junto nisso. Disse que todos os aspectos que estão sendo discutidos no CONSUNI, também estão sendo tratados por esse grupo de trabalho, há mais de dois meses, em reuniões periódicas. Lá são citados os problemas específicos de cada região. Se no município do Rio de Janeiro tem o problema das milícias que controlam o acesso a internet nas comunidades, aqui temos os alunos que moram em zonas rurais, aonde a internet não chega ou não tem qualidade. Todas as licitações para compra de

equipamentos estão acontecendo de forma conjunta, bem como a capacitação dos servidores. O Prof. **João Almeida** disse que concorda com a Profª Maria Clareth, quanto à necessidade de apoio pedagógico, mas acha que não devem modificar o art. 8º, para que não fique engessado. Em sua opinião, é mais importante ter uma comissão de apoio pedagógico. O **Reitor**, em relação às falas anteriores, esclareceu que a Câmara de Graduação, estabeleceu a criação de um grupo de acompanhamento das atividades. Informou que não existe outra forma de adquirir o material necessário, a não ser através de editais. Caso o Conselho entenda que o art. 8º deve ser modificado, acrescentando que a inclusão se dará, através de editais internos, colocando como condição para atendimento a situação socioeconômica, poderão modificar, apesar de para ele, parecer obvio que se dará dessa forma. O Prof. **Eder** disse que tem uma dúvida com relação ao ensino pedagógico de forma remota na UENF. Entende que grande parte dos docentes não tem habilidades com atividades de ensino remoto, e se incluiu nesse grupo. Disse que já ouviu relatos de pessoas que trabalham com essa metodologia, e elas disseram que não tiveram nenhum tipo de apoio institucional, e acabaram tendo que se apoiarem uns aos outros. Sugeri que na UENF houvesse uma pessoa, apesar de estarem falando em comissão, que pudesse realmente resolver o problema de modo mais rápido e efetivo. O **Reitor** informou que tem como referência, em relação à utilização das ferramentas digitais, a Profª. Clícia, que está disponibilizando vídeos no canal do You Tube da UENF, sobre como utilizar o Classroom, e à medida que começarem a surgir dificuldades, ela nos ajudar com isso. A Profª **Rosana** informou que no art. 5º, está bem claro, que a PROGRAD prestará o auxílio necessário, e que também já há uma equipe de professores que atuam no CEDERJ, e são voluntários para compor a equipe que auxiliará os docentes que ainda não tem nenhuma experiência com atividades remotas. O Prof. **Gustavo** perguntou se existe um cronograma estabelecido para o início do período emergencial. O **Reitor** respondeu que os Colegiados e Câmaras é que irão discutir isso. A Profª **Lilian** manifestou preocupação em relação ao apoio pedagógico para as aulas, pois todos estão num momento de fragilidade psicológica. Concordou que a minuta aberta tende a uma flexibilidade das diversidades existentes na UENF. Sugeri que as produções individuais dos professores fossem disponibilizadas no canal do You Tube da UENF, e que também fosse aberta uma sala de aula para ensinar os professores e alunos a utilizarem as diversas ferramentas para as atividades remotas. O Prof. **Gonçalo** disse que enxerga tudo isso, como uma oportunidade para o aprimoramento, e que há muito tempo não tinham um solavanco tão importante para que acontecessem mudanças no jeito de ensinar. Disse que tinham essa obrigação, porque as outras instituições, principalmente as privadas estão caminhando muito rápido, e que estão ficando um pouco obsoletos. Tem experiência no programa de pós-graduação, onde as aulas são transmitidas on-line para alunos do Espírito Santo, e tem funcionado bem, demonstrando que isso é possível. Durante a pandemia combinou com os alunos da pós-graduação que continuariam com a disciplina, os próprios alunos se propuseram a isso, pois seria uma forma de mantê-los ocupados e ganharem tempo. Acrescentou que mesmo com as dificuldades que alguns terão, será possível fazer. Disse que terão que demonstrar para os alunos atitudes diante dos desafios, e que todos sairão da pandemia mais capacitados. O Prof. **Fernando** parabenizou pela versão da resolução. Falou do planejamento para as convalidações, o que dará uma carga de trabalho forte para os professores e Colegiados dos Cursos. O Prof. **Rodrigo** observou que nem toda modernidade se converte na extensão das oportunidades para todos. Com relação ao fato de ter chamado a atenção para os meios, sua intenção ao tratar do assunto, era ser realista, e não pessimista. Disse que os meios devem ser disponibilizados dentro dos critérios que forem estabelecidos, e não automaticamente para todos. Pediu que, se possível, gostaria muito de ouvir a manifestação dos estudantes presentes na reunião. O Prof. **Enrique Medina** solicitou esclarecimentos sobre a fala do Prof. Gonçalo, pois apesar das portarias da Reitoria, onde foi pautado que as atividades e o calendário acadêmico estavam suspensos, ele continuou ministrando aula na pós-graduação normalmente, e achou estranho que a Reitoria não tenha reagido com esse ato, que confrontou claramente a determinação constante nas portarias. Disse que já registrou isso no Conselho de Centro, e gostaria de deixar registrada a sua preocupação com essa atitude nesse Conselho, pois demonstra tratamento diferente com os docentes. Acrescentou que gostaria de deixar registrado o seu protesto por essas disciplinas terem sido ministradas, a despeito das portarias. O **Reitor** esclareceu que evidentemente os calendários estão suspensos, mas nas portarias consta a possibilidade dos professores procurarem formas de interagir com os estudantes, utilizando as ferramentas digitais. Disse que acredita que esse é o caso do Prof. Gonçalo, e por esse motivo estão demandando aos Colegiados dos Cursos, o aproveitamento ou não das disciplinas ministradas no período. O representante dos discentes, **Jhonatan Cossetti**, se manifestou em relação ao que foi falado, pediu prioridade para ajuda aos estudantes, e opinou que o art. 8º poderia ser melhorado nesse quesito. Sobre a discussão em relação à elaboração da minuta, disse que a reitoria procurou ouvir todas as representações dos estudantes, e todos tiveram a oportunidade de se manifestarem. Acredita que os estudantes foram bem contemplados na minuta. Quanto à preocupação do Prof. Enrique Medina sobre as disciplinas ministradas, apesar de a portaria

suspender as aulas, disse que há professores que pretendem dar prosseguimento nas atividades, e não começar do zero com uma nova inscrição, se negando a receber novos alunos. Por essa razão, sugeriu que ficasse claro na minuta que as matérias deveriam iniciar do zero, para não prejudicar os alunos. O Reitor informou que a Câmara já se manifestou em relação a isso, e está zerando tudo, começando a partir de agora. Disse que isso constará na regulamentação da Câmara. A representante dos discentes, **Letícia Crisóstomo**, informou que se sentiu contemplada com fala do estudante Jhonatan, pois estão participando juntos das reuniões, e os posicionamentos estão alinhados. Após a fase de debates, o **Reitor** concluiu que só tem duas propostas de alteração. Quanto à proposta do Prof. Enrique Medina de substituir o número do processo SEI, pela menção do número da portaria 21/2020, existe acordo e será acatada. A segunda solicitação de modificação é em relação ao art. 8º. Sugeriu a seguinte inclusão no art. 8º: “A ser realizada por meio de editais internos, colocando como item de classificação a condição socioeconômica dos estudantes”. Colocou em votação: Aprovada a inclusão com dois votos contrários. Entendendo que não havia mais nenhum destaque, o Reitor colocou em votação a minuta, que passará a ser a Resolução CONSUNI nº 06/2020. Aprovada com uma abstenção. O **Reitor** agradeceu a participação de todos na elaboração da Resolução considerando que foi um debate intenso para chegarem ao consenso. O Reitor passou para o quarto item da pauta: **Assuntos Gerais**. O Sr. **Marcello Carvalho** – Representante Discente da Pós-Graduação questionou se há previsão de retorno dos atendimentos no Hospital Veterinário e de que forma isso poderá acontecer. Também questionou sobre a reinstauração do conselho hospitalar. O **Reitor** disse que estão trabalhando na elaboração do Regimento Interno do Hospital Veterinário, juntamente com todos que atuam no hospital. Quanto ao pedido de reabertura do hospital que chegou a Reitoria, disse que o assunto será levado ao gabinete de crise na próxima semana. O Prof. **Márcio Folly** se manifestou dizendo que podem questionar que muitas clínicas veterinárias estão funcionando, mas lembrou de que o hospital está dentro de uma instituição pública, e há uma grande responsabilidade não só dos professores que atuam no hospital, mas de todos. Falou das pessoas com comorbidades que trabalham no hospital, que é fechado e não há circulação de ar. Concluiu que ele, como professor da área de microbiologia, tem receio sobre o funcionamento e a circulação de pessoas no hospital. O Sr. **Marcello Carvalho** sugeriu que seja recriado o conselho hospitalar, devendo ser composto por estudantes, técnicos e os professores dos Laboratórios que compõe o hospital. O **Reitor** respondeu que está anotada a sugestão. O Prof. **Marcelo Trindade** solicitou informações sobre os três servidores que testaram positivo para a COVID-19. Perguntou se estavam exercendo suas atividades presencialmente, e se tiveram acesso às dependências da Universidade. Perguntou também se há registro de casos entre os terceirizados. O **Reitor** respondeu que os três técnicos estavam atuando em casa. Informou que dois deles estão totalmente recuperados e um em recuperação. Quanto aos terceirizados, respondeu que não chegou nenhuma informação sobre contaminação dos funcionários. O Prof. **Vanildo** disse que as portarias editadas pela reitoria não impedem as atividades remotas. Informou que a Direção do CBB sempre esteve atenta às atividades que pudessem colocar em risco os estudantes, e sempre que reportada, atuou para inibir essas atividades. Quanto às atividades remotas do Programa de Biotecnologia Vegetal, citado pelo Prof. Enrique Medina, esclareceu que essas atividades estão previstas no programa do curso, por se tratar de interação entre duas universidades. Portanto, as disciplinas do curso são oferecidas tanto presencialmente quanto remotamente. O Prof. **Renato DaMatta** relatou que tem visto muitas pessoas circulando pela UENF sem máscara. Falou da importância de ser feita uma campanha tornando obrigatório o uso de máscara por todos. Em relação à justificativa que os Laboratórios deverão fazer para a contratação dos professores, disse que é importante estabelecer uma data para o encaminhamento dessa justificativa. Sobre a circular da reitoria que solicita informação dos Laboratórios para a elaboração do mapa de risco, disse que o prazo para o encaminhamento da informação termina hoje. Disse que tem tido dificuldades para relacionar os reagentes pertinentes para essas informações, que em sua opinião, exige conhecimentos de técnico de segurança do trabalho. Acrescentou que esse tipo de tarefa tem que ser repensada, e não empurradas para os professores, que ao final das contas é quem tem que fazer tudo. Solicitou a prorrogação do prazo para o encaminhamento da informação. O **Reitor** disse que a segurança da Universidade já está alertada sobre a obrigatoriedade do uso de máscara. Quanto à justificativa para contratação dos professores, disse que quanto mais rápido encaminharem, mais rápido o processo anda. Informou que o prazo para devolução das informações para o mapa de risco poderá ser prorrogado por mais uma semana. O Prof. **Luis Passoni** esclareceu que estão tentando elaborar o mapa de risco desde o ano passado e explicou como está sendo feito o processo. Disse que devido a algumas dificuldades, optaram no começo deste ano por pedir uma informação sobre fonte de calor, fonte de ruído e produto químico. Esclareceu que as informações visam subsidiar o pessoal da FIRJAN, para a visita de vistoria que eles irão fazer. O documento solicitado não é o que vai definir o mapa de risco, é um subsídio para o planejamento da visita. A Profª **Luciane** disse que a ADUENF tem feito distribuição contínua de máscara também para o

pessoal terceirizado. Em relação ao pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade, disse que o entendimento da ALERJ para a manutenção do pagamento dos adicionais, foi considerar como ressarcimento para os gastos com o trabalho remoto. Nesse sentido, questionou que tem professores que não recebem os adicionais, e que conforme a resolução aprovada hoje deverão realizar as atividades remotamente, criando assim uma diferença entre os que recebem a compensação e os que não recebem. Perguntou se há possibilidade de fazer um encaminhamento a ALERJ, de modo que todos os professores da UENF tenham essa compensação durante o período da pandemia. O **Reitor** respondeu que podem fazer o encaminhamento, seja através da reitoria ou do sindicato, mas que primeiro é preciso saber se todos os professores vão oferecer as AARES. Acrescentou que os professores serão atendidos, dentro dos recursos possíveis, com equipamentos necessários para as atividades remotas. A Profª **Luciane** argumentou que independente das AARES os professores estão atuando em bancas e projetos de extensão remotamente, e que se o pagamento dos adicionais está sendo mantido devido ao trabalho remoto, não deveria estar atrelado somente as atividades de ensino. Completou dizendo que é uma questão muito importante a ser resolvida. O Prof. **Enrique Medina** disse que na última reunião fez um pedido a reitoria para mudar o comunicado em relação às causas e os efeitos, relacionados ao não estorno dos descontos dos adicionais para uma proporção de servidores. Disse que causou estranheza que seu pedido não tenha sido atendido, pois o que viu foi um comunicado da ASCOM, solicitando que quem estivesse com esse dilema procurasse a GRH. Reiterou que o comunicado deve ser mais claro, explicando o que aconteceu, conforme foi aprovado na ata. Acrescentou que nem pelo SEI estão tendo sucesso nos esclarecimentos, junto a GRH. O **Reitor** explicou que foi feita uma comunicação da reitoria, através da ASCOM, que é o órgão de comunicação da Universidade, para toda a comunidade, orientando que os servidores que tivessem detectado alguma divergência nos estornos, deveria se comunicar com a GRH. Disse que não entende o que mais pode orientar em relação a esse assunto, pois todas as informações foram divulgadas pela ASCOM e nos Colegiados. O Prof. **Eder** disse que em seu Laboratório uma professora pediu contagem de tempo para licença-prêmio, pois completaria os cinco anos agora no mês de junho. O Pedido foi negado, com base no novo Decreto do Governo, que suspendeu a contagem de tempo de serviço até 2021. Acrescentou que no caso da professora faltavam apenas dois dias para completar o tempo. Pediu mais informações sobre como essa contagem vai ocorrer daqui para frente. O **Reitor** disse que a Universidade, bem como os sindicatos deverão se pronunciar contra isso. O representante dos técnicos, **Cristiano**, esclareceu que os servidores contaminados são um do CCTA, um ligado a Prefeitura do Campus e outro da Secretaria Acadêmica. Disse que esses casos reforçam a necessidade da Universidade testar todos que estão em serviços essenciais. Lembrou também da necessidade de reforçar os EPIs para prevenção à COVID-19. Disse que acha importante que os técnicos que estão em trabalho Home Office, também tenham prioridade no atendimento dos kits de inclusão digital. Questionou também a falta de material de limpeza nas dependências da Universidade. O **Reitor** esclareceu o contrato com empresa Fertymar, por exigência do Governo, foi reduzido em vinte e cinco por cento. Nesse momento a empresa só está recebendo para pagar os salários dos seus funcionários, e, portanto, os poucos materiais para limpeza que estão sendo utilizados, estão sendo comprados com os recursos da Fertymar. O Prof. **Leonardo Miguel** retornando ao assunto da minuta, declarou que se confundiu, pois entendeu que estava sendo votada a mudança do art. 8º, conforme sugerido pela Profª Maria Clareth, e caso não tenha sido essa a mudança no artigo, gostaria de mudar seu voto. Por essa razão pediu que informassem como ficou a redação do artigo 8º. A Profª **Rosana** esclareceu que a votação já foi concluída, e que não há como retornar a votação. Informou que no art. 8º foi acatada a prioridade aos discentes e que a distribuição dos materiais, relativos ao acesso a inclusão digital, será feito por meio de editais, e será considerada a situação socioeconômica dos discentes. O representante dos técnicos, Sr. **André Veloso**, disse que é preciso estar atento aos casos da COVID-19, pois o servidor do CCTA que foi contaminado esteve presente em seu local de trabalho para assinatura do ponto, em face da preocupação com corte de pagamento, embora não saiba em que fase da doença o servidor se encontrava. O **Reitor** informou que vai verificar a situação que foi informada. A Profª **Rosana** reforçou a necessidade de que a Universidade seja informada quando algum servidor for contaminado, mesmo os que estão em casa. A Profª **Lilian** destacou a importância da existência de um protocolo, e tem observado que o espaço da UENF continua sendo utilizada para atividades físicas e fotografias. Propôs que essas atividades sejam proibidas, pelo menos momentaneamente. A Profª **Olga** falou que deve existir um controle na entrada do campus, com medição de temperatura e uso de máscaras. Com relação aos testes, acha que poderiam tentar viabilizar o teste rápido, por ser mais barato. O Sr. **Pedro Cesar** informou que com relação à compra dos produtos para o controle da COVID-19, feita pelo Estado, estão aguardando para a próxima semana a chegada dos produtos. Não havendo mais assuntos a ser tratado, o Reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às doze horas e cinco minutos.

Raul Ernesto Lopez Palacio

Reitor

Tânia Virgínia de Souza e Silva

Secretária *ad hoc*



Documento assinado eletronicamente por **Raul Ernesto Lopez Palacio, Reitor**, em 24/09/2020, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Virgínia de Souza e Silva, Assessora**, em 24/09/2020, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **7009323** e o código CRC **1D2EA690**.